



A OCUPAÇÃO AMAZÔNICA e a expansão da fronteira riobranquense

Reginâmio Bonifácio de Lima¹

Em nome de uma pretensa integração do Acre ao espaço nacional de desenvolvimento capitalista, durante fins da década de 1960 e início da seguinte, as terras públicas foram vendidas, e, por conseguinte, as populações nelas residentes foram obrigadas a sair – o que resultou num intenso fluxo migratório na direção campo-cidade². Com a emergência dos conflitos pela posse da terra, a realidade urbana surgia como desdobramento da expansão da fronteira agrícola. A trajetória dessa população no contexto regional, tanto quanto os laços de vínculo com os locais de onde migraram, tornam clara a aglutinação de famílias na periferia urbana.

O “cinturão de pobreza” formado como expansão da periferia já existente não é um fenômeno exclusivo da história recente do Acre, em vários locais do Brasil e América Latina é perceptível a organização – ou falta de – nos bairros periféricos. O ajustamento cultural dos migrantes vai constituir novos contingentes de trabalhadores, mas também expor o sentimento de identificação com a terra como meio de produção e constituição de laços internos de solidariedade e defesa³ – traços característicos do processo de formação, que em geral esses migrantes levam consigo para as cidades.

1 Reginâmio Bonifácio de Lima atua na Divisão de Ensino da PMAC e no Centro Integrado de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública Dr. Francisco Mangabeira – CIEPS/AC.

2 O Termo aqui é utilizado no sentido de rural-urbano; de colônias, seringais, colocações, chácaras à parte, composta de cidade e suas ampliações.

3 OLIVEIRA, Marilda Maia. 1983, p. 86.

Ao falar de ocupação é preciso ter em vista que “a compreensão do movimento de formação e transformação da cidade, em sincronia com as etapas e contradições da economia mercantil da borracha, torna-se então uma das chaves para desvendar os problemas e conflitos surgidos agora com a aceleração do crescimento urbano”⁴. Nesse aspecto, identifica-se nesse mesmo território, uma pluralidade de identidades coletivas, envolvendo diversidades em relação a origens, aspectos culturais, trajetórias de vida, que aproximam e distinguem grupos de indivíduos entre si.

As gentes que se deslocaram para Rio Branco, provenientes da zona rural, tiveram na cidade o mesmo descaso com o qual foram tratados anteriormente. Ao ocuparem terras que não lhes pertenciam, as pessoas corriam o risco de serem expulsas. O que se pode ver também, diante do contexto histórico, são as condições de vida, o excesso de mão-de-obra “desprovida de qualificação” para a inserção no mercado de trabalho, e as incertezas pairantes rodeadas de miséria e desagregação social.

A mobilidade é uma regra na atualidade, o movimento sobrepõe-se ao repouso e quando o homem muda, junto com ele mudam também as mercadorias, as imagens e as ideias (Santos, 2002). Ao estudar a ocupação de Rio Branco, envolta na perspectiva da dinâmica das migrações, ou seja, da vida dos migrantes, chega-se à compreensão de que sempre as mudanças fazem parte da vida cotidiana, e essas afetam diretamente o ambiente por transformações sócio-espaciais – enquanto causa ou efeito, e, em grande parte, ambas correlatas - e que os fluxos dessas gentes para o local não são fatos isolados, uma vez que se inserem no contexto das migrações internas, decorrentes da política nacional da Marcha para Oeste, intensificada durante o período da Ditadura Militar.

Nas problemáticas levantadas busca-se investigar a forma como se deram as relações entre as gentes que ocuparam as terras dando início à expansão da fronteira riobranquense, almejando explicitar o processo de ocupação, bem como as modificações antrópicas efetuadas no ambiente receptor da migração. Dessa forma, no presente trabalho tem-se como objetivo analisar o processo de ocupação das terras amazônicas em que se localiza a cidade de Rio Branco. Trata-se especificamente, de compreender o movimento de formação e transformação da

4 OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. 1982, p. 32.

cidade, abordar a luta pela sobrevivência das gentes migrantes expropriadas da periferia riobranquense, enquanto parte de um processo macroeconômico e social; analisar as modificações antrópicas efetuadas nas terras do ambiente receptor das migrações rural e urbana.

A pesquisa foi realizada dentro de uma perspectiva historiográfica, tendo como apoio metodológico as formulações e a discussão social da propagação da experiência humana, como elemento fundante para construção de um modo de vida comunitário, embasado no pensamento estrutural de Paul Thompson. A vivência dos ex-seringueiros, ex-posseiros rurais e o quadro geral de seus movimentos históricos constituem o foco de interesse do estudo, como matéria de investigação pertinente à compreensão específica das características assumidas; a acentuação urbana, devido à intensificação do êxodo rural, a luta pela terra e a ocupação dos espaços tornados urbanos. Assim sendo, não se propôs a estudar a formação de Rio Branco a partir de um viés economicista, vinculado unicamente à expansão da frente capitalista na Amazônia, mas a caracterizar as complexidades que o processo de urbanização da Capital acreana apresenta no curso da sua história recente.

Em um primeiro momento foram trabalhadas as bibliografias acerca da formação da cidade, buscando fazer o enquadramento historiográfico do objeto de pesquisa e dos sujeitos nele atuantes. Segundamente, os referenciais teóricos, conceitos e conjunturas sociais, foram estudados na pesquisa, com a devida contextualização da urbanização e do processo expansivo. Para tanto, foram consultados autores como Leandro Tocantins, Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Carlos Alberto Alves de Souza, estudiosos das relações sociais acreanas.

É certo que Rio Branco não se formou a partir de um planejamento territorial urbano, antes pelas migrações e andanças populacionais o espaço foi se transformando em lugar a partir da constituição da base territorial. O espaço desconhecido, natural, incomensurável, foi e ainda é modificado, transformado e “reordenado” pela diversidade nas inserções antrópicas que o tornam um território de ordem cultural, conhecido aos que lá se assentaram e mensurável às relações sócio-culturais nele estabelecidas. Assim sendo, percebe-se que embora, às vezes, indiretamente, que o poder público opera e coopera no ordenamento territorial, através de ações de políticas públicas, estratégias de mudança social e organização do território ou falta delas.

Essa transformação é ao mesmo tempo um assunto técnico e político. Não é o foco neste trabalho, portanto, engajar-se nos fatores de distanciamentos (por rupturas, fissuras e até mesmo no termo físico), tampouco de acessibilidades (no viés geodésico). O que se busca é desenvolver a compreensão de como as terras foram modificadas antropicamente pelas gentes que produziram modificações, organizaram e ocuparam o território desenvolvendo e estruturando esse *habitat* (Almeida, 2001) a partir das diferentes atividades e relações sociais estabelecidas.

AS RELAÇÕES DE PODER e a ocupação recente da Amazônia

O Brasil em seu subdesenvolvimento não galgou espaços como as nações do Norte, chamadas de desenvolvidas. A expansão do mercado no país teve nos mercados financeiros modernos a base garantidora da viabilidade modelada pelos países desenvolvidos para que se seguisse neste país. A produtividade e assimilação das novas técnicas não conduziram à homogeneização social, antes, a difusão das novas técnicas deu-se em certas áreas, inicialmente quase que exclusivamente pela aquisição de novos produtos via importação (Furtado, 1992). Esse chamado processo produtivo causou uma modernização no Brasil, mas não conduziu à redistribuição dos bens, não houve a elevação do nível de vida da população.

216

Nesse contexto de subdesenvolvimento surgiu a industrialização tardia brasileira, que agiu com grande rapidez para reestruturar o sistema produtivo, ainda embasado no sistema substitutivo. A Amazônia trocava “pelas” de borracha por dinheiro, o que não enriqueceu os seringueiros, mas formou grandes fortunas Brasil a fora. A modernização tardia implementada pela “industrialização substitutiva” levou o Estado a sustentar a sua modernidade com recursos provenientes dos meios ditos atrasados.

As políticas traçadas de expropriação e formação de mercados de reserva se deram tardiamente na Amazônia em relação ao restante do país. Contudo, os efeitos foram vistos alardeadores das disparidades exercidas pela “ditadura do grande capital” e pelas práticas governamentais voltadas aos interesses de uns poucos. As migrações da zona rural para a urbana e dos pequenos centros para as cidades fizeram ocorrer uma grande explosão demográfica nas cidades, aumentando as periferias, levando esses trabalhadores expropriados a viverem à

margem das cidades. Tudo isso, em grande parte, fruto das políticas públicas e atividades capitalistas implementadas no campo.

A política econômica adotada a partir de 1964 favoreceu os Estados da Amazônia com uma participação de forma mais efetiva de formação do capital e consequente integração à propaganda produzida pelo Governo Federal; a construção de rodovias como Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Brasília-Acre; e, pouco depois, no Acre a especulação fundiária, o crédito fácil e barato, as facilidades para a expansão da pecuária, acentuaram o desequilíbrio social, afetando diretamente as populações que passaram a ocupar as periferias das cidades, principalmente da Capital.

A forma de ocupação implementada na região acreana na primeira metade do século XX era extrativista da borracha. Com a transferência das terras dos seringais falidos aos compradores do Centro-Sul, viu-se um acelerado crescimento das pequenas propriedades, embora a posse da terra tenha continuado extremamente concentrada.

Já nos últimos anos da década de 1960 é perceptível uma ruptura no padrão de ocupação territorial nas capitais amazônicas. As alterações produzidas dão conta de um redimensionamento do quadro urbano com o amento da migração contínua para as cidades. O principal fluxo migratório se deu mais intensamente para a banda ocidental, com predominância de composição rural atingindo principalmente as cidades de Macapá, Porto Velho e Rio Branco.

Uma temática a ser abordada concernente a esse período específico da Ditadura Militar e seus projetos para a Amazônia é o caráter transnacional da compreensão amazônica enquanto necessária aos interesses dos países de economia desenvolvida. Isso se dava não apenas com o intuito de uma economia predatória, mas também, pelas riquezas da biodiversidade, descobertas científicas, a água potável para um mundo que já sente a escassez deste produto, e, as alterações climáticas que a destruição da Amazônia poderia causar nesses países. Por isso, o enfoque que deve ser dado, além da visão militar, precisa incorporar temas emergentes e complexos que superem a crise ecológica e ampliem o pensar reformulante que está ocorrendo dentro de uma atuação entre Estado, as forças do mercado e a sociedade civil, numa questão de segurança internacional.

Os movimentos políticos e econômicos que começaram a surgir no final da década de 1960 davam margem a grupos e ONGs que buscavam “proteger” a

natureza para tornar em “meio ambiente” a localidade implementando o “desenvolvimento sustentável”, a natureza onde, por séculos os seus habitantes já viviam. Nesse período, qualquer processo de transformação teria o aparato estatal e o fundo público como pressupostos, além da criação de empresas e agências estatais de desenvolvimento, visando atrair grandes grupos de capitais privados. O poder público dotou, ainda que parcialmente, de infra-estrutura adequada, formulou políticas e incentivos fiscais e de crédito.

Como consequência dessa inicial atividade pública, foram implantados grandes projetos agropecuários e dispositivos jurídicos excepcionais, como os mecanismos de regulamentação adotados pelo Estado. Esse período foi o que mais rápido convergiu terras públicas em propriedades privadas. A expansão capitalista na Amazônia resultou, além da desregionalização da propriedade do capital, na predominância dos projetos agropecuários sobre os industriais, nos ganhos especulativos com a terra, geração de violentos conflitos sociais decorrentes da luta pela terra e expulsão dos camponeses de sua terra, acelerando o processo de destruição ambiental (Paula, p. 1991).

Em nome da integração nacional, e mais tarde, de uma integração com o mercado externo, o ambiente social foi modificado. As normatizações produzidas pelo jogo monetário regulado pelo sistema financeiro internacional, FMI e Banco Mundial, transformaram a dinâmica interna das convivências intra-nacionais, regulando-as através do controle estatal com políticas e ações coordenados por investimentos setoriais e fomento às “práticas de desenvolvimentos” na região. As regulamentações, tão necessárias em meados do século XX, tornaram-se carentes de modificações e desregulamentação na década de 1980. As leis executadas e a generosidade do poder público concederam ao grande capital “salvo conduto” para agir livremente na Amazônia. Mesmo com a aprovação da política nacional de meio ambiente, em 1981, o que se viu foram mecanismos que ajudaram aos interesses estrangeiros em detrimento das populações locais.

218

ABERTURA E DEFINIÇÃO da fronteira acreana

As terras do Acre por vários séculos foram tidas como desconhecidas ou “terras não descobertas” e assim permaneceram até meados do século XIX. O Tratado de Madri, realizado em 13 de janeiro de 1750, regularizou os limites entre as terras portuguesas e espanholas, mas não delimitou a área especificamente

referente ao Acre; outros tratados foram produzidos e, da mesma forma, não estabeleceram, no terreno, a linha fronteira que abrange do Rio Madeira ao Javari.

A borracha amazônica⁵ era bem conhecida e utilizada pelos índios, eles faziam artefatos de borracha e brinquedos para os curumins, além de utilizá-la como impermeabilizante. Várias espécies de árvores que fornecem o látex eram há muito utilizadas: como o caucho (*castilloa ulei*), a balata (*chrysophyllum balata*), a sorva (*couma utilis*), a mangaba (*harnicornia speciosa*) e a seringa (*hevea basiliensis*).

É certo que em 1762, com o uso da terebintina, houve um avanço na qualidade da consistência da borracha e conseqüente avanço na produção. A Europa estava vivenciando o início da Revolução Industrial, enviando pesquisadores ao mundo inteiro em busca de novos produtos. O padre jesuíta João Daniel escreveu que “entre o Rio Madeira e o Javari, por mais de 200 léguas não há povoação nem de branco, nem de tapuias mansos ou missões”, isso em 1760, na época em que as missões estavam se estabelecendo na Amazônia (Revista Interior: 1978, p. 06).

O mundo em industrialização estava querendo usufruir as riquezas da Amazônia, várias foram as tentativas de conquista do território nacional brasileiro. Em 06 de julho de 1801, o Tratado de Badajós anulava o de Santo Idelfonso, ficando definidas as fronteiras da América do Sul. As Frentes de Expansão, muitas delas capitalistas, buscavam demarcar o território brasileiro.

Após a descoberta do processo de vulcanização da borracha em 1844, por Thomas Hancock, na Inglaterra, e Charles Goodyear, nos Estados Unidos, foi possível dar outras utilidades à borracha. Esta se tornou indispensável para a civilização. O uso que antes era restrito, mas que já tinha mercado garantido em Boston, Nova York, Lisboa, Viena, Londres e tantos outros lugares, foi

5 Desde o descobrimento da América se conhecia a borracha. O próprio Cristóvão Colombo presenciou, em sua segunda viagem à América, o “jogo da bola”, no Haiti. Muitos viajantes anunciaram essa “maravilha da América”, contudo, foi o pesquisador geógrafo e astrônomo francês Charles Marie de La Condamine, estudando as selvas do Equador, que comunicou à Academia de Ciências de Paris em 1736, notícia sobre a aplicabilidade da borracha.

expandido. O preço do látex subiu consideravelmente e iniciou-se a corrida para o Acre.

Serafim da Silva Salgado, Manuel Urbano, João Cunha Correa, Willian Chandless e, mais tarde, Euclides da Cunha, desbravam o território acreano estabelecendo marcos. Nessas áreas foram descobertas várias tribos indígenas, grande quantidade de árvores para a coleta do látex, além de ricas fauna e flora.

Abre-se uma Frente pioneira no Rio Acre e pouco depois no Purus, impulsionadas pelos interesses internacionais em adquirir a riqueza proveniente da floresta. Antes, o comércio das drogas do sertão havia impulsionado o adentrar a floresta, agora a borracha fazia subir às cabeceiras dos rios. A introdução de barcos a vapor em 1853, bem como a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, fizeram com que a comercialização da borracha aumentasse em muito, a ponto de, ainda no século XVIII, superar a de cacau no porto do Pará.

A relação entre os seringais e a cidade de Manaus era de compra da produção por parte desta, enquanto subsidiava aqueles. O drama internacional começou a se esboçar por os brasileiros transporem a fronteira entre seu país e a Bolívia, iniciando um rudimentar processo de “civilização”. Os limites ainda não haviam sido fixados, nem os marcos colocados, daí a dificuldade; nem a Bolívia sabia que as terras lhe pertenciam. A linha limítrofe leste-oeste só existia nos tratados internacionais. Os brasileiros eram os únicos a explorar a borracha, atendendo uma demanda existente desde 1839, mas que não havia sido suprida até a grande seca do Nordeste de 1877, em que, sem condições de vida, levas de imigrantes chegavam às terras da Amazônia em busca de sobrevivência, e foram formar os seringais do Acre e seus primeiros núcleos populacionais, em busca do “ouro negro”.

A terra desconhecida, a paisagem totalmente isolada do que se chama “civilização”, fora aos poucos sendo ocupada. O ciclo se completara, terras novas, produção e população. Havia um fluxo de relação entre esses; então, Brasil e Bolívia resolveram demarcar as fronteiras delimitando a linha Cunha Gomes a 10° 20’ de latitude. Portanto, o Acre pertencia oficialmente à Bolívia; no ano de 1897, um ano depois, foi dada ordem ao governo amazonense para reconhecer essa linha. Contudo, pelo tratado de Ayacucho, no artigo segundo reconhecia o “uti possidetis”, para fixar a fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Durante o período de 1890 a 1905, além do crescimento da demanda de matéria-prima gumífera, o que se viu foi uma série de atividades acentuando as relações envolventes da prática vigente na expansão fronteiriça do Oeste. De um lado, o Brasil buscava se afirmar com a instalação do regime republicano, no intento de atingir o equilíbrio de sua economia que mesmo com a atuação do café, ainda era instável; de outro, a Bolívia liderada por seu representante advindo das frentes liberais, Manuel Pando, procurava afirmar-se como Estado autônomo. Ao desenvolver essa análise, percebe-se que o leite extraído da *hevea brasiliensis* aparece como possibilidade concreta de ambos os países alcançarem seus objetivos. Com a ascensão de Pando ao poder, a instabilidade política, a deficiência econômica e a falta de unidade territorial na Bolívia eclodiu a “Questão do Acre”, e, mais tarde, o *Bolivian Syndicate*.

Luiz Galvez, Plácido de Castro e tantos outros “heróis” acreanos entre lutas, batalhas, tratados e diplomacia imputaram ao Acre *status* de pertencer ao Brasil. A fronteira foi definida oficialmente no dia 17 de novembro de 1903, com o Tratado de Petrópolis, anexando as terras do Acre ao Brasil⁶.

Definida a questão do Acre, é necessário que se dê continuidade ao estudo da abertura da fronteira: as necessidades de excedente demográfico foram, em grande medida, supridas pela corrente migratória para a Amazônia ocorrida a partir da grande seca do Nordeste. De acordo com Lima (1982) a intensificação da migração nordestina para o Acre inicialmente se deu no período de 1877 a 1900. Nesses treze anos, cerca de cento e sessenta mil imigrantes se estabeleceram nos seringais situados na bacia dos rios Madeira, Acre, Purus, Chandless e Juruá,

6 O Tratado referente às relações de amizade assinado pelos representantes do Brasil, Barão do Rio Branco e Assis Brasil, e, pela Bolívia, Fernando Guachala e Claudio Pinilla, estabeleceu: a) os limites estabelecidos entre os dois países; b) a criação de um tribunal arbitral para resolver as reclamações provenientes de atos administrativos e fatos ocorridos nos territórios permutados; c) uma indenização à Bolívia de dois milhões de libras esterlinas; d) providências sobre a demarcação descrita anteriormente; e) um prazo de oito meses para conclusão de um tratado de navegação e comércio; f) obrigação, por parte do Brasil, para construção de uma estrada de ferro desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no rio Mamoré; g) ventilação direta pelo Brasil dos limites com o Peru; i) Solução por um juiz arbitral de todas as dúvidas que surgissem por ocasião da execução do tratado; j) concessão à Bolívia de 867,5 Km² de terras brasileiras no Mato Grosso e Guaporé, além da liberdade de trânsito pela estrada Madeira-Mamoré e pelos rios até o Oceano, com as correspondentes facilidades aduaneiras.

sendo possível traçar a concomitância da seca com o início do período mencionado, e o auge da produção gumífera com os últimos anos do século XIX.

Essa expansão, aparentemente intensiva, não manteve seu fluxo proporcional ao aumento da produção do látex. As novas terras utilizadas mantinham uma estreita relação entre a atitude pioneira de “assentamento” e produção e o modo de vida existente nas unidades produtivas. Assim a relação entre a terra da qual se retira a borracha (o seringal), o responsável pelas terras, mantenedor do “modo de vida” implementado em suas propriedades (o seringalista) e o indivíduo diretamente responsável pela extração do leite da seringa e sua transformação em pélas (o seringueiro), se dá ora amistosamente e ora em conflito.

É válido ressaltar que embora a relação vigente fosse de exploração e que os seringueiros tenham sido expropriados, gradativamente se endividando e enriquecendo os donos dos seringais, era latente que muitos seringueiros viam seus “patrões” como alguém que cuidava deles, não como pesarosos ludibriantes. A relação tida na expansão da fronteira, ainda que com momentos de confusão implementou marchas e contra marchas, por conseguintes êxitos e fracassos, não necessariamente ligados às forças de relações locais, mas prementes no âmbito do mercado de produção e na valorização – ou falta dela – no produto gumífero explorado.

222

O seringal sempre foi uma empresa desvinculada da terra, contendo em sua área as árvores necessárias para a retirada do “leite”, colocações, “estradas de seringa” e barracão. O seringalista monopolizava o acesso ao seringal, praticando o “aviamento” dos produtos necessários aos seringueiros. Estes, por sua vez, trabalhavam até catorze horas por dia, moravam em tapiris, tudo o que consumiam era-lhes imputado como débito no barracão e comumente morriam de malária, febre amarela, ataques de índios ou de animais selvagens.

As casas aviadoras situadas em Belém e Manaus abasteciam os seringais, recebendo também os rolos de borracha produzidos nestes e vendendo-os ao exterior. Elas financiavam quase cem por cento da produção, vendendo os víveres aos seringais por preços superfaturados e recebendo as “pélas” que vendiam, ora com lucro, ora com prejuízo, dependendo das estimativas e preços no mercado.

O sucesso de Henry Wickham ao embarcar setenta mil sementes da *hevea brasiliensis*, em 1876, e conseqüente início da produção de borracha na colônia

inglesa do Ceilão (no sul da Índia) e Indonésia, fez com que por sua seleção, disposição de plantio, e facilidade de coleta, a borracha inglesa se tornasse mais barata e de melhor qualidade que as plantações nativas, com isso quebrou-se o monopólio da região amazônica. Em 1905, a produção brasileira de borracha era de 35 mil toneladas, e a inglesa de apenas 145 toneladas (Souza: 2002). No ano de 1913, a produção amazônica da goma elástica respondia por apenas quarenta e cinco por cento da produção mundial, menos de duas décadas depois, por apenas cinco por cento. Era a decadência da borracha amazônica, mas não da Amazônia. O capital estrangeiro foi embora, contudo, viu-se um novo limiar de atividade nas terras acreanas. A interação com a sociedade central foi modificada e iniciou-se uma urbanização nas terras acreanas, não na escala das migrações de outras áreas do Brasil para o Acre, e sim, o fluxo interno das populações e a mudança de sua relação com a terra.

Com o aumento do consumo da borracha e o necessário suprimento do mercado interno, a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) foi fortalecida pelas práticas políticas nacionais que, de acordo com o superintendente José Cesário Mendes Barros, a SUDHEVEA implantou, em 1972, “bases necessárias e irreversíveis para o total auto-abastecimento do país de borracha natural”. No mesmo ano deu-se início ao primeiro programa-piloto destinado a implantar, consolidar a lavoura heveícola e modernizar a exploração da borracha nativa” (Revista Interior: 1978, p. 6). Para o superintendente, o objetivo foi atingido a ponto de em 1977, o Conselho Nacional da Borracha, lançar o segundo Programa de incentivos à produção de borracha natural (PROBOR II), tendo como fim principal a ampliação do primeiro, concessão de crédito rural, operacionalizado pela superintendência da borracha em ação coordenada com os agentes financeiros básicos do Sistema Nacional de Crédito Rural (Banco da Amazônia, no Norte e Centro-Oeste, e Banco do Brasil, no sul da Bahia). Foi aprovado o plantio de seringueiras, num total de 07 mil hectares, e, de acordo com o superintendente, no caso acreano, a implantação alcançou apenas um terço do planejado.

Em 1972, o Acre produziu cerca de seis mil toneladas de borracha, e, em 1976, produziu seis mil e oitocentas toneladas. O Acre foi o maior produtor nacional de borracha no período, seguido do Amazonas e do Pará. A produção brasileira de borracha natural, em 1978, representava apenas um terço da demanda nacional, sendo que em 1974 a produção foi de dezoito mil e seiscentas toneladas, ficando o país responsável por apenas 0,6% da produção mundial. No mesmo

período, a borracha natural brasileira representava apenas 10% do consumo nacional (Revista Interior: 1971, p. 4-31).

A produção não estava atendendo à demanda. Assim, o não atendimento da necessidade de tempo e cuidado necessários para a seringueira começar a produzir, a falta de incentivos continuados e desacerto na política de implemento dos seringais, foram alguns dos fatores que contribuíram para que os seringais cultivados não alcançassem o pleno desenvolvimento.

BREVE HISTÓRICO riobranquense

O local onde mais tarde seria a cidade de Rio Branco, era habitado por tribos Aquiris, Canamaris e Maneteris, pertencentes à família dos Aruaques, que dominavam a bacia do Purus. De acordo com Silva, “os solos riobranquinos foram pisados por civilizados, pela primeira vez, em 1861, quando uma expedição de caráter exploratório, chefiada por Manoel Urbano, sob os auspícios da Província do Rio Negro, por ali passara...” (1981, p. 96). Em 1882, aportou às margens do Rio Acre, nas proximidades da gameleira, o cearense Newtel Newton Maia, dando início ao estabelecimento do seringal Empresa.

224

A partir desse seringal surgiu o que, em 1904, seria elevada à categoria de Vila. Através do Decreto nº. 5.188, de 07 de abril de 1904, o Território acreano foi dividido em três Departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, tornando-se Rio Branco sede do Departamento do Alto Acre. Em 1908, várias mudanças significativas foram implementadas pelo então prefeito, Gabino Bezouro; como a transferência da sede do Departamento do Alto Acre para a margem esquerda do Rio Acre (Bezerra, 2002), a instalação de policiamento, da justiça e da fiscalização tributária, estruturação da Vila Penápolis, realização de construções públicas e criação da Secretaria Geral do Departamento para fiscalização da limpeza pública (Costa, 2003). Rio Branco teve sua constituição legal em 13 de junho de 1909, como sede da prefeitura do Departamento do Alto Acre, na época era chamada de Penápolis. No ano de 1912 recebeu o nome que possui até os dias atuais, em homenagem ao Barão do Rio Branco.

Em 1909, a cidade de Empresa recebeu o nome de Penápolis, em homenagem ao presidente do Brasil Afonso Pena (...) em 1912 os lados direito e esquerdo do antigo seringal Empresa foram chamados de cidade de Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, tornando-se capital do Acre em 1920 (Souza, 1999, p. 36).

Seguindo a prática de outras cidades amazônicas, Rio Branco desenvolveu-se às margens do rio, com casas de madeira e ruas de traçado irregulares⁷. Inicialmente, era a sede do Departamento do Alto Acre, sua formação se deu para atuar como entreposto comercial avançado da economia mercantil da borracha. Ainda em 1909 planejou-se e executou-se a construção de duas vias estruturais importantes: a Avenida Ceará, na direção oeste-leste, e a Avenida que mais tarde viria a ser chamada Getúlio Vargas, na direção sudeste-noroeste.

O fato de Rio Branco se encontrar na Bacia Hidrográfica do rio Acre, estando esta inserida na Bacia Sedimentar do rio Amazonas, em função de sua topografia, percebe-se a origem do rio Acre decorrente da precipitação pluviométrica e do encontro das águas fluviais e pluviais com o tenro relevo litológico, resultante da erosão natural que esculpiu os rios da região e seus afluentes, bem como o chamado “regime das águas”, onde há enchentes que ocorrem em correlação estreitamente ligada à intensidade das chuvas, e, à vazante no período de estio.

Durante as cheias, alguns locais são alagados e proporcionam verdadeira calamidade às populações ribeirinhas que vivem nas margens próximas aos rios da região. Milhares de famílias são desabrigadas nesse período, principalmente as que vivem nos bairros Taquari, Seis de Agosto e Airton Sena. Em contrapartida, no período de estio, o lençol freático é rebaixado pela ausência de chuva, que ocorre em proporção 80% menor que no período chuvoso.

O município⁸ conta atualmente com uma área territorial de aproximadamente 8.835.675 Km², sendo sua população de 336.038 habitantes

7 Todas as ruas do “centro” do Primeiro Distrito foram planejadas, mas nem por isso têm seu traçado com paralelas e perpendiculares, antes, muitas delas seguem o delinear do curso do Rio Acre.

8 Rio Branco está localizado no Nordeste do Estado do Acre, possui características geológicas e geomorfológicas com singularidade predominantemente horizontal no relevo, com grandes áreas de depósitos aluviais resultantes da erosibilidade das águas sobre as margens dos rios que o banham: Rio Acre, Rio Iquiri, Rio São Francisco, Rio Antimari, Rio Xipamamu e Riozinho do Rôla, durante as enchentes cíclicas anuais. A cidade de Rio Branco está localizada às margens do Rio Acre, sendo que o Rio São Francisco também faz parte do ambiente urbano desta. O clima riobranquense é classificado como equatorial, com uma estação chuvosa do mês de outubro a março, e uma de estio de abril a setembro. A temperatura média anual é de 25,5° C e a umidade relativa tem valores médios que ficam em torno de 85% (INMET/UFAC).

(Censo 2010 – IBGE). Limita-se ao sul com os municípios de Capixaba, Xapuri e Brasília; a leste com o município de Senador Guimard; a oeste com o município de Sena Madureira; e ao norte com os municípios de Sena Madureira, Bujari e Porto Acre.

Apenas na década de 1920 foram erguidas as primeiras construções em alvenaria e abertas ruas paralelas às margens do rio Acre. Na margem direita, em Empreza, foi aberta a rua Primeiro de Maio; na margem esquerda, em Penápolis, foram abertas as ruas paralelas Epaminondas Jácome e Benjamim Constant; e perpendiculares a aquelas, Marechal Deodoro e Getúlio Vargas. Craveiro Costa (1998), ao estudar a formação territorial do Acre, afirma que Rio Branco no início era formada por duas zonas distintas, separadas pelo rio Acre: Empreza, à margem direita, onde se situavam os principais hotéis, as diversões e os negócios de beneficiamento e transporte de produtos extrativos; e Penápolis, à margem esquerda, onde se situavam as repartições públicas.

Com o passar dos anos, Penápolis teve melhor constituição de ruas, praças, infra-estrutura em geral, não somente pela função de ser sede da administração pública, mas também pelo fato de as pessoas mais abastadas financeiramente se mudarem para lá, afastando-se da agitação de Empreza. Em 1920, Rio Branco havia suplantado as outras cidades. Com a extinção e unificação dos três Departamentos existentes, através do Decreto nº. 14.383, de 01 de outubro de 1920, Rio Branco foi elevada à categoria de capital do Território Federal do Acre, nessa época tiveram as primeiras construções em alvenaria, além de planejamento e abertura das ruas.

Com a crise do sistema da borracha em 1920, ocasionado pela queda do preço no mercado internacional e diminuição da produção da borracha acreana, várias foram as mudanças ocasionadas na economia local. Ocorreu um redimensionamento da composição social urbana (Oliveira, 1983, p. 82), com a queda do preço da borracha parte do grande contingente populacional ligado a essas atividades abandonou o território acreano. A população que ficou, estabeleceu-se em função da administração pública, do comércio e, parte, em atividades de produção extrativa e de beneficiamento.

As andanças das populações pelo território acreano vão se configurar como fruto dessa “liberação”. O trabalhador começa a arcar com o próprio provimento de víveres e custo de produção, através do cultivo em redor de seu tapiri. As forças de trabalho não mais eram represadas e direcionadas para a produção da

borracha. Dentre as alterações ocorridas nos seringais destacam-se a diversificação da produção, e o ritmo implementado. O tempo de trabalho e sua liberdade de movimento refletiram diretamente na migração para fora dos seringais, um sinal de excedente populacional; e mudança das relações de força de trabalho entre os que ficaram no seringal e os seringalistas.

Não há grandes alterações na economia acreana até a década de 1940, quando as atividades orientadas pelo capital mercantil, em um novo esforço de produção extrativa, retomaram a extração da borracha. Nesse período, Rio Branco contava com cerca de onze mil e noventa e três habitantes, ou seja, metade do contingente populacional que havia nela na década de 1920.

A estrutura que antes era implementada de forma social rural “coletora”, representada pelos coletores de látex e castanha, no início do século XX, foi modificada com o acréscimo da agricultura de subsistência, que não conseguia suprir sequer um terço das necessidades do mercado interno. A partir de 1940, com a crescente urbanização, várias foram as modificações ocasionadas pelas novas conjunturas político-econômicas que eclodiram no Acre. Os problemas do êxodo rural, a deficiência na assistência sanitária e social, a falta de crédito para o desenvolvimento das atividades extrativistas da borracha e castanha foram fatores importantes que influíram na modificação do ambiente acreano e seus sistemas de fomento, o que refletiu diretamente na Capital.

A luta pelo progresso levou o Brasil na década de 1960 a, teoricamente, caminhar para a reforma agrária na Amazônia, onde pudesse haver um desenvolvimento das relações e resolução das tensões suscitadas pela mudança das estruturas industriais brasileiras e pelos equilíbrios sociais decorrentes do desenvolvimento – o que não ocorreu.

O crescimento de Rio Branco, capital do Estado do Acre, que já vinha alimentando-se do deslocamento populacional desde a década de 1960, foi nutrido tanto pelas populações expropriadas dos seringais como pelas populações que, em face às condições difíceis vividas nos seringais, precisavam se deslocar de lá para sobreviver. Rio Branco tornou-se o centro receptor dos contingentes populacionais recentes do Acre, das gentes retirantes da zona rural que também foram obrigadas a sair por circunstâncias como a interrupção do aviamento, a desistência dos responsáveis pelos seringais, as pressões dos credores, a queda do preço da borracha, dentre outros fatores.

A reforma agrária teria um peso decisivo no modo de atuação do governo e das relações com o mercado, contudo, a política aplicada persistiu numa via de “modernização mais conservadora”, com a persistência do latifúndio e a configuração de um sistema político mais autoritário (Paula: 1991). As políticas propostas para o projeto de desenvolvimento foram principalmente para exportação. O mercado e o Estado buscaram compensar suas falhas pela intervenção mútua, sendo que as intervenções públicas do Estado foram no setor de comunicações e rodovias, aparatos básicos para a atuação do mercado gerador de lucros e dividendos.

No caso acreano, a reforma agrária, Nascimento (1996) afirma que ela se deu ao contrário. Na década de 1980 havia maior quantidade de propriedades latifundiárias de grande porte que nas décadas proximamente anteriores – o que leva a pensar a estruturação do governo para a expansão do capital. Não foi diferente no restante da Amazônia, o que houve foi uma subdivisão dos minifúndios em relação às décadas anteriores.

A questão ambiental estava internacionalizada com fomentos para uma postura de desenvolvimento – ainda não sustentável – onde se buscava construir cenários para a formação da base necessária para a atuação dos grupos ligados ao “progresso humano” em detrimento da “barbárie” na região. Contudo, esse desenvolvimento não chegava às classes trabalhadoras, como forma de melhorias sociais, e ainda, “quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de ‘desenvolvimento equitativo’ para reconciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza” (Sachs, 2000, p. 121).

As transições ocorridas na Amazônia, principalmente a partir dos anos 1960, foram “pelo alto”, em que o governo agia procurando mecanismos explícitos de incentivos empresariais, para atrair capital e empreendedores de diversos setores econômicos, enquanto as gentes que migraram em direção a esse local, atraídas pela política de colonização, tiveram poucos recursos e o apoio do Estado foi reduzido. A tentativa de desenvolvimento econômico deixa claro que há uma continuidade na formulação da política, sendo priorizada a dinâmica econômica. Altvater *apud* Heller (1999, p.138) afirma que “como ocorre com o trabalho na indústria, a natureza também passa a ser ‘realmente subordinada’ ao capital, isto é, subjugada à lógica da acumulação, de uma forma mais eficiente do que nunca na história da humanidade”. Há uma fluência do monetarismo que não

respeita fronteiras, antes a seu interesse constrói nacionalidades e as destrói, desconsiderando as territorialidades postas.

Amazônia está inserida na lógica de dominação capitalista. Esta lógica rompe fronteiras, fomentada pelo crédito de incentivos fiscais, que em meados do século XX moldou o processo de desenvolvimento regional (Silva: 1989); como consequência houve os conflitos pela posse da terra, contradições urbanas e rurais e continuação do estabelecimento de desigualdades na apropriação do espaço econômico, político e sócio-ambiental da região. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento posto na Amazônia, fruto do predomínio dos países industrializados, não é socialmente justo, nem ecologicamente sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília C T. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] N. 94 (6), 1 de agosto de 2001.

BEZERRA, Maria José. *A Invenção da Cidade: A modernização de Rio Branco na gestão do governo Guiomard Santos (1946-1950)*. Rio Branco: UFAC/UFPE, 2002. Dissertação de Mestrado em História do Brasil – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife.

COSTA, João Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental*. 2 ed. Rio Branco (Acre): Fundação Cultural do Acre, 1998.

FURTADO, Celso. A Armadilha Histórica do subdesenvolvimento. In: __. *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HELLER, Agnes. A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI. In: ALTVATER, Elmar. *Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LIMA, Manoel Ferreira. *O Acre: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas*. V. 1. RBR (AC), 1982.

NASCIMENTO, Francisco José. *Reforma Agrária na Amazônia Ocidental: 20 anos de INCRA (1974 – 1994)*. Rio Branco: UFAC, 1996. Monografia de Bacharelado em História.

OLIVEIRA, Fernando Garcia. *Populações de Baixa Renda da Cidade de Rio Branco: situação anterior, processo migratório, formas de inserção/retribuição no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. Dissertação de mestrado, MIMED. RJ.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: A periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

OLIVEIRA, Marilda Maia. *A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco*. Fortaleza: UFCE, 1983. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Ceará, Ceará.

PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de Mestrado, 1991 (mimeo).

Revista Interior. *O Desafio da Borracha*. ano IV, nº 22, janeiro/fevereiro de 1978.

SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento. In: __. *Meio Ambiente*. Trad. Vera L. M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. SP: Edusp, 2002.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte: UFAC/DH, 1998.

230

SILVA, Adelaide Maria Costa; et all. *Geografia do Acre*. Rio Branco, 1993.

SILVA, Renato Nunes. *Migrações Internas no Estado do Acre: Rio Branco, um caso de urbanização precoce*. Belém: UFPA, 1981. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Pará.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *A História do Acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre: Geografia, história e sociedade*. Rio de Janeiro: Philobliblion; [Rio Branco]: Assessoria de Comunicação Social do Estado do Acre: Banacre, 1984.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. V. II. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.